



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

DSATS
A Secretária-Geral

06/2/16

[Handwritten signature]

Ofº nº 1021/MAP - 15 Fevereiro 06

Exma. Senhora
Secretária-Geral da Assembleia da República
Conselheira Adelina Sá Carvalho

Maria do Rosário Boléo
Adjunta da Secretária-Geral

S/referência	S/comunicação de	N/referência	Data
Ofício nº 8695	17-11-2005	Registo nº 4271	18-11-2005

ASSUNTO: RESPOSTA REQUERIMENTO N.º 1047/X (1ª) - AC DE 14 DE NOVEMBRO DE 2005, DO SENHOR DEPUTADO JOSÉ LUÍS FERREIRA (PEV)
- EDIFICAÇÕES EM SITUAÇÃO IRREGULAR NO PN ARRÁBIDA E NA RNE SADO

Encarrega-me o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º 901/2006/1159 de 13 de Fevereiro, do Gabinete do Senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

Á DAPLEN
06/02/16

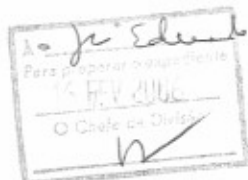
[Handwritten signature]
A Directora de Serviços

A Chefe do Gabinete

[Handwritten signature]

Maria José Ribeiro

SMM





MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Gabinete do Ministro

GABINETE do MINISTRO
dos ASSUNTOS PARLAMENTARES

Entrada N.º 778

Data 14 / 2 / 2006

Exma. Senhora
Dra. Maria José Ribeiro
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Ministro dos Assuntos Parlamentares

Palácio de S. Bento (A.R.)
1249-068 Lisboa

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa Referência	Data
		MAOTDR/901/2006/1159 PROCº 48.01	13-02-2006

ASSUNTO: **REQUERIMENTO N.º 1047/X/ (1ª) – AC DE 14 DE NOVEMBRO DE 2005, DO
SENHOR DEPUTADO JOSÉ LUÍS FERREIRA (PEV)**

Edificações em situação irregular no PN Arrábida e na RNE Sado”

Em resposta ao Requerimento n.º 1047/X/ (1ª) – AC de 14 de Novembro de 2005, encarrega-me Sua Excelência o Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional de informar V. Exa. que:

1 – Dos elementos disponíveis nesta data é possível constatar a existência de 38 edificações em situação irregular existentes no Parque Natural da Arrábida e 18 na Reserva Natural do Estuário do Sado, sem prejuízo da actualização dos números em face da análise dos processos de licenciamento e autorização naquelas áreas protegidas, e cujos processos se encontram em diversas fases de análise.

2 – De notar que o levantamento de todas as operações urbanísticas e/ou obras ilegais realizadas é uma tarefa que acarreta o estudo e análise de todos os processos de licenciamento ou de autorização de operações urbanísticas e de todos os processos existentes nas áreas protegidas desde a data da sua criação, procedimento muito moroso e técnica e juridicamente complexo.

3 – Sendo a reposição da legalidade uma prioridade para este Ministério iniciou-se um processo de avaliação das situações existentes que se mostrem desconformes com a legislação aplicável e as correspondentes intervenções de requalificação, tendo esta tarefa sido cometida ao grupo coordenador criado pelo Despacho Conjunto n.º 1006/2003, de 5 de Novembro, que centrará a sua actuação na identificação das situações de violação da legalidade, propondo as acções necessárias à sua reposição, em especial nas áreas do domínio público marítimo e nas áreas protegidas do litoral.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Conceição Cordovil

/EG